

Fluxos migratórios, comunicação e cidadania: vivências de imigrantes LGBT na cidade de São Paulo

Hadriel G. S. Theodoro

Doutorando; Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil
hgtheodoro@gmail.com

Denise Cogo

Doutora; Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil
denisecogo2@gmail.com

Resumo

O trabalho objetiva refletir acerca das experiências de vida de imigrantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros que residem no Brasil, mais especificamente, na cidade de São Paulo. O enfoque recai sobre as dinâmicas comunicacionais e sua relação com o exercício da cidadania por parte desses/as imigrantes. Para tanto, tomamos como objeto empírico suas próprias vivências, acessadas por meio de narrativas autobiográficas. Apresentamos e analisamos aqui os relatos de uma mulher lésbica americana e de uma mulher transgênero finlandesa. No que concerne aos procedimentos metodológicos, eles estão pautados na realização de entrevistas semiestruturadas e em uma análise textual, orientada pela análise do discurso de linha francesa. Os apontamentos principais problematizam as discriminações, precariedades e violências a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros em nosso país, as (in)visibilidades presentes no processo migratório e as questões de cidadania aí englobadas.

Palavras-chave

Imigrantes LGBT. Fluxos migratórios. Comunicação. Cidadania.

1 Introdução: contextos macrossociais da imigração LGBT ¹

A configuração de uma ordem global vem intensificando-se desde o início do século passado, sobretudo por meio de avanços nas tecnologias da comunicação e da informação (TICs) e nos transportes. Em sua multidimensionalidade, emerge um fluxo de bens, capitais, dados e pessoas, cujos efeitos, muitas vezes conflitivos, são não apenas econômicos, mas também políticos, culturais, sociais, ambientais e demográficos (MARTINE, 2005). Trata-se de um processo intrincado, caracterizado por mobilidades, desterritorializações, reterritorializações e heterogeneidade (GARCÍA CANCLINI, 2007)².

Ao nos voltarmos mais detalhadamente à questão da mobilidade, precisamos levar em consideração a pluralidade das e nas experiências migratórias, viabilizando a observação de suas causas “objetivas” (refúgio, asilo, migrações voluntárias, etc.), conjunturas materiais e desigualdades que lhes são inerentes. É preciso ponderar acerca dos aspectos subjetivos e identitários das migrações, na perspectiva de compreender a profusão de vínculos, as relações e os embates socioeconômicos, políticos e culturais implicados nas vivências de cada migrante. Isso porque os fluxos migratórios decorrentes aportam “[...] uma pluralização cultural crescente no interior dos Estados-nação, ao mesmo tempo em que vão provocando reconfigurações dos vínculos entre nações e territórios, via a (re)atualização cada vez mais rápida e fluida de imagens e representações culturais sobre os Outros.” (COGO, 2001, p. 12).

Os contatos interculturais fomentados nessas relações com o Outro, frequentemente, se convertem em políticas institucionalizadas por parte dos Estados-nação, sejam elas de “segurança” – simbolizadas pela metáfora do muro, simbólico e/ou físico, ou de integração e gestão de pessoas. Em ambos os casos, imigrantes que decidem ou se veem obrigados/as a deixar seu país de origem passam a estar suscetíveis a uma grande sorte de precariedades: além de ocuparem um status de provisoriedade – já não se encontram em sua sociedade de origem, tampouco pertencem plenamente àquela que os recebe –, o que debilita sua

¹ Apresentamos, neste artigo, resultados de uma pesquisa de campo exploratória vinculada ao projeto de pesquisa de doutorado *Fluxos migratórios, comunicação, consumo e cidadania: (in)visibilidades midiáticas nas vivências de imigrantes LGBT na cidade de São Paulo*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (PPGCOM-ESPM) sob orientação da Prof.^a Dr.^a Denise Cogo e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² No ano de 2013, em relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o número de imigrantes no mundo passava de 232 milhões (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Já a Organização Internacional para as Migrações (OIM) reportou, em 2015, o total de 250 milhões de imigrantes e 750 milhões de migrantes em todo o mundo, com a estimativa de que, dentre este montante, haja mais de 60 milhões de refugiados/as (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, [2015]).

cidadania e sua capacidade de agência; muitas vezes, são considerados/as “indesejados/as” (SAYAD, 1998).

Obviamente não se deve homogeneizar os processos migratórios ou destituir de agência os/as migrantes. Contudo, independente disso, a imigração sempre aciona relações de poder que se articulam em diferentes níveis (MOUNTIAN; ROSA, 2015). Aqui, a noção de Outro torna-se mais uma vez relevante, visto que abrange dimensões imaginárias, simbólicas e subjetivas do sujeito, proporcionando tanto o reconhecimento de outrem quanto o seu próprio. É a partir dessas relações com a alteridade, pautadas em posições hierárquicas entre o eu e o Outro, ancoradas em intersecções de classe, gênero, etnia, etc., que se torna possível compreender as diferenças perpetradas nas dinâmicas socioculturais dos fluxos migratórios. Sayad (1998), por exemplo, assevera que o/a migrante é normalmente tido/a como uma ameaça ou como um sujeito que demarca distinções. A implicação de tais dessimetrias propaga-se por discursos, políticas públicas e pelo imaginário social sobre quem migra, contribuindo à sua manutenção em um locus de vulnerabilidade. No que se refere especificamente a imigrantes LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero) – objeto principal de nossas reflexões no presente artigo – as consequências são mais acentuadas, uma vez que apresentam uma condição ontológica de precariedade (BUTLER, 2011). Para melhor entender essa formulação, temos de atentar às normatizações que recaem sobre as identidades de gênero e as orientações sexuais.

De acordo com Preciado (2008), existem ideais biopolíticos de feminilidade e masculinidade que se impõem como essências transcendentais, produzindo estéticas do gênero, códigos normativos de reconhecimento e convicções psicológicas que colocam ao sujeito a premência de se afirmar enquanto mulher ou homem, feminino ou masculino, homossexual ou heterossexual. Essas oposições binárias são reforçadas pela hegemonia da heterossexualidade enquanto orientação sexual julgada “normal” ou “padrão”, fundamental à manutenção de uma pretendida homogeneidade de corpos, identidades e desejos, como se houvesse a priori uma coerência absoluta entre eles. O grande problema desses sistemas normativos é que todos os sujeitos que não se adequam a ele acabam por sofrer, em algum grau, com a patologização de suas subjetividades e identidades, com constantes violências (simbólicas e/ou físicas) e com práticas coercitivas de “correção” (BUTLER, 2006).

O conceito de abjeção trabalhado por Butler (2008) ilustra bem essa questão. Segundo a autora, o sujeito abjeto está imerso em um tipo de diferenciação que o confina

enquanto um excluído. Trata-se de reiteradas produções discursivas que acabam por transfigurá-lo, parcial ou totalmente, em um ser silente e invisível, cujo status humano não é reconhecido: aqueles/as cujas identidades de gênero e/ou orientação sexual divergem da norma hegemônica que as rege são socioculturalmente ininteligíveis. É válido mencionar que tais precariedades e violências são aceitas em alguns países como justificativa válida para a concessão de refúgio³, medida que está pautada na *Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados* (NAÇÕES UNIDAS, 1951)⁴. Contudo, mesmo se o/a imigrante LGBT não se encontra em situação de refúgio, os riscos de discriminação, exclusões e violências continuam a entremear suas vivências.

No Brasil, este quadro é ainda mais preocupante. Embora seja um dos poucos países que consentem em receber solicitações de refúgio baseadas em identidade de gênero e/ou orientação sexual, e que paire sobre o imaginário nacional um ideário de diversidade e de respeito às diferenças (ANDRADE, 2016), o Brasil também registra um dos maiores índices de homicídios de pessoas LGBT no mundo. Somente no ano de 2016, de acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (2016), foram mais de 340 assassinatos de pessoas LGBT no país – dados que apontam a uma institucionalização da LGBTfobia (aversão discriminatória a lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgêneros) e suas formas concretas de violência. Ou seja, em nossa sociedade, a LGBTfobia acaba sendo potencializada, legitimada e reiterada, favorecendo o agravamento de precariedades aos sujeitos LGBT, a repercutir nas experiências dos/as imigrantes que aqui se instalam.

Neste sentido, a interseccionalidade torna-se outra noção crucial. Ela corresponde a modos de apreender as consequências da interação entre duas ou mais formas de precariedade ou subordinação: xenofobia, racismo, misoginia, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, etc. Essas opressões não são alocadas em uma escala gradual, mas encaradas em suas singularidades e nos atravessamentos que podem estabelecer entre si (HIRATA, 2014). As interseccionalidades propiciam, então, relevantes recursos para compreender a produção de sujeitos em uma ordem global (PISCITELLI, 2008), já que nela as construções de diferença e a distribuição desproporcional de poder refletem-se em posicionamentos desiguais entre os sujeitos. Desse modo, “[...] as formas específicas de

³ Alemanha, Argentina, Brasil, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido e Suécia.

⁴ Ela estipulou as disposições básicas ao tratamento de refugiados/as. O documento os/as define como a pessoa que, “[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país [...]” (NAÇÕES UNIDAS, 1951). Os casos relacionados a refugiados/as LGBT passaram a ser incluídos na categoria de “grupo social”.

discursos sobre a diferença se constituem, são contestados, reproduzidos e (re)significados, pensando na diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade.” (PISCITELLI, 2008, p. 268). Ademais, precisamos considerar que a diversidade cultural englobada nas subjetividades dos/as imigrantes acirra os tensionamentos entre uma globalização reputada como libertária e integradora e as barreiras social e institucionalmente impostas a eles/as (COGO, 2010).

No bojo de todas essas desigualdades e precariedades envolvendo os fluxos migratórios, ainda necessitamos ter em conta o papel dinamizador e intercultural que as mídias exercem no cotidiano dos/as imigrantes. Enquanto movimento social, as migrações apresentam fortes relações com os processos midiáticos, sobretudo em razão de sua articulação ao exercício da cidadania, na confluência entre uma gestão midiática e micropolíticas de empoderamento: a cidadania se enseja no comunicacional (COGO, 2007). As mídias fazem parte das experiências de vida de quem migra, compondo dinâmicas interacionais multinível, difusas e descentralizadas. Elas são essenciais para a arquitetura de espaços estratégicos de cidadania em diferentes esferas, tais como a produção e a manutenção de vínculos de sociabilidade transnacionais, demandas por políticas públicas, engajamentos e também na questão das visibilidades.

Por outro lado, as mídias configuram-se como um campo de embates, uma vez que visões sobre o Outro, muitas vezes estigmatizadas, são construídas a partir de suas dinâmicas comunicacionais. Nos modos de ver esse Outro, as mídias podem vulnerabilizá-lo. Ao mesmo tempo, esse Outro (no caso, os/as imigrantes) apropria-se das mídias para construção de representações múltiplas e demandas cidadãs. Como bem sintetiza Silverstone (2010, p. 169, tradução nossa):

A midiatização é tecnológica e social, e também cada vez mais onnipresente, pois, em seu intento de dar sentido a seu próprio mundo, os atores sociais dependem em maior medida da oferta pública de significados e explicações sobre o mundo. Nesse sentido, a midiatização tem consequências importantes sobre a maneira em que o mundo aparece na vida cotidiana; e também neste sentido a aparição midiatiza proporciona, por sua vez, um marco para definir e levar adiante nossa relação com o Outro, em especial com o Outro distante, o Outro que somente se faz presente para nós nos meios.

São nas produções e nos consumos midiáticos, entendendo o consumo como um locus de veiculação e disputa de sentidos (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009), que o caráter comunicacional das mídias converte-se em um princípio para o estabelecimento das redes de sociabilidade que se incorporam às vivências de imigrantes. Estruturas de fundamento

comunicativo e convivial, movimentadas pela fluência de mensagens, essas redes permitem uma maior integração espaço-temporal transnacional. Todavia, elas não estão isentas de certos condicionamentos (sociais, econômicos, políticos, etc.) e hierarquias que podem restringir o acesso e os usos das TICs, dificultando as interações entre esses sujeitos. De qualquer forma, as redes sociocomunicativas, mediadas ou não pelas TICs, patenteiam os modos pelos quais os/as imigrantes constroem agenciamentos de seus projetos migratórios e para inserção nos países onde se instalam (COGO, 2015).

No cerne desse cenário midiático, as atividades de atores e movimentos sociais perpassam confrontos referentes a um tipo de visibilidade pública profundamente permeada pelas mídias em seu espaço simbólico de embates e negociações de sentido. Temos uma ambivalência: sujeitos precarizados, como o caso de imigrantes LGBT, precisam tornar-se pública e midiaticamente visíveis, para que suas reivindicações ou sua própria existência sejam ao menos asseguradas. No entanto, ao mesmo tempo em que essas visibilidades são tensionadas, ficam passíveis a uma heterogeneidade de enquadramentos que podem essencializar suas experiências. Como as mídias são entremeadas por múltiplos interesses, esses regimes de visibilidade estão sempre em jogo.

Um fator que complexifica a questão, no que concerne aos imigrantes LGBT, é que os regimes de visibilidade podem ser empregados em seu reverso, quer dizer, como estratégias de invisibilidade. Na maioria das vezes, “revelar” uma identidade de gênero e/ou orientação sexual não normativa converte-se em uma fonte de violências que pode acentuar ainda mais as precariedades a que estão propensos/as. Para refugiados/as LGBT a situação é ainda mais grave, pois são acompanhados/as pelo receio de sofrer retaliações no país de acolhida, até mesmo, por parte de seus/suas compatriotas (ANDRADE, 2016). Isso os/as leva, muitas vezes, a solicitar o pedido de refúgio, alegando outros motivos que não as discriminações sofridas por conta de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, buscando ocultá-las (ANDRADE, 2016).

Igualmente indiscutível é que devemos considerar as experiências de imigrantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros de modo distinto, já que recaem sobre cada uma deles vulnerabilidades e discriminações específicas, acrescidas de variáveis como a “cultura de origem”, a religiosidade, o racismo, etc., intersecções que sempre vão compor formas individualizadas de relações de precariedade, por mais que haja uma forte ligação com macrocontextos sociais. Contudo, de qualquer modo, estratégias de (in)visibilidade são acionadas como micropolíticas cotidianas.

Considerando toda essa problemática, bem como a escassez de trabalhos científicos direcionados nesse âmbito (ANDRADE, 2015, 2016), o objetivo é refletir sobre as vivências de imigrantes LGBT no Brasil, suas dinâmicas comunicacionais e os processos de cidadania. Para tanto, pautamo-nos, enquanto objeto empírico, nas experiências de vida de duas imigrantes LGBT que residem na cidade de São Paulo⁵.

2 Itinerários metodológicos

Como entrada exploratória em campo, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, realizamos uma entrevista semiestruturada⁶ com Ana, uma mulher lésbica estadunidense, e com Maria, uma mulher transgênera finlandesa⁷. O intuito foi, além de verificar a viabilidade da pesquisa, compor um panorama inicial de vivências de imigrantes LGBT residentes no Brasil e, mais precisamente, na cidade de São Paulo.

Para tanto, as entrevistas seguiram um roteiro pautado em dois eixos principais: o projeto migratório (englobando os motivos da vinda ao Brasil, a chegada ao país, a adaptação/integração e os usos e as apropriações de mídias nesse processo) e as experiências vividas no país (dificuldades enfrentadas, semelhanças e diferenças com o país de origem, interação com os espaços – simbólicos e físicos – da cidade). A entrevista com Maria ocorreu em setembro de 2016, e com Ana, em outubro de 2016, com duração média de 40 minutos cada. Elas foram gravadas e posteriormente transcritas, e a análise que propomos está fundamentada em seu plano discursivo, de onde emergem sentidos e significados socioculturalmente compartilhados.

Neste trabalho, portanto, voltamo-nos à materialidade da linguagem, pois nela reside o encontro entre o linguístico, o ideológico e o histórico (ORLANDI, 2009). Apreendendo o discurso enquanto prática de linguagem, palavra em movimento (ORLANDI, 2009), tomamos como inspiração metodológica para a análise das entrevistas a Análise do Discurso de linha francesa (ADF)⁸. Assentada nos elementos sógnicos da linguagem, a ADF intenta compreender como ela faz sentido nas mediações que estabelecemos com a realidade social em que estamos inseridos. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a

⁵ Essas duas narrativas compõem um corpus maior de entrevistas em realização na pesquisa de doutorado.

⁶ Trata-se de uma técnica de coleta de dados que se baseia na conversação entre o/a informante e o/a pesquisador/a, orientada por objetivos previamente estabelecidos. Das experiências de vida do/a informante, focaliza-se aquilo que diretamente se correlaciona com o domínio da pesquisa (DUARTE, 2002).

⁷ O nome de ambas foi alterado para preservar o anonimato.

⁸ Apesar de a pesquisa da tese pautar-se na ADF, neste artigo, que consiste em uma primeira aproximação à problemática e ao objeto de estudo, seus princípios teórico-metodológicos não serão problematizados em profundidade.

permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do [ser humano] e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.” (ORLANDI, 2009, p. 15). A ADF considera, portanto, o ser em sua historicidade e as condições de produção da linguagem, por meio de uma investigação dos vínculos estruturados pela língua com seus falantes, e as situações em que o discurso é formulado (ORLANDI, 2009).

Não se trata de encontrar um sentido único ou verdadeiro, mas compor gestos de análise que visam explicitar os processos de significação contidos em um texto. Na prática, une-se um dispositivo teórico de interpretação à formulação da questão que desencadeia a análise (ORLANDI, 2009). Nesse caso: como se processam experiências de vida de imigrantes LGBT na cidade de São Paulo? É daí que partimos para a análise do objeto empírico desse trabalho, a partir de uma seleção dos trechos das entrevistas que consideramos mais relevantes ao objetivo proposto.

3 Do estrangeiro ao Brasil: paralelismos

Ana nasceu em 1972, em uma cidade no sul dos Estados Unidos. Filha de pai militar, ela cresceu em um ambiente familiar tradicional e conservador. Após concluir a faculdade, realizou um intercâmbio no Japão, onde conheceu sua atual esposa, Tereza, uma brasileira natural do estado do Espírito Santo. Durante mais de um ano, elas mantiveram um relacionamento à distância, quando Tereza já havia regressado ao Brasil. Até que Ana decidiu tentar se mudar para cá. No início, ela ficou hospedada na casa de familiares de Tereza, em uma cidade de pequeno porte no interior do Espírito Santo. Atualmente, ela mora na cidade de São Paulo, é estudante de pós-graduação e trabalha como professora.

Sobre sua chegada ao país, em 2001, Ana afirma que: “Meu processo de integração se deu em várias etapas. Os primeiros [meses]... de julho pra dezembro, eu lutei pra encontrar uma forma de ficar. [...] Eu ia ficar, mas tinha de descobrir como. Eu até cogitei casar com um amigo nosso.”. Como denotado no emprego da palavra “lutar”, é patente a existência de barreiras no tocante à sua permanência no Brasil, causada, sobretudo pela impossibilidade legal de efetivar sua relação com Tereza, já que, na época, a união estável entre pessoas do

mesmo sexo/gênero ainda não era reconhecida pelo estado brasileiro⁹. Essa institucionalização da homofobia, inclusive no plano legislativo e jurídico, a leva a considerar um casamento heterossexual arranjado, a fim de ter garantido um direito que lhe era cerceado. A consequência maior na vida da Ana foi não somente a deslegitimação de seus laços afetivos, mas também de sua cidadania.

Logo, “casar com um amigo” reflete em sua discursividade um horizonte heterossexista altamente discriminatório que impacta de maneira direta o exercício de sua cidadania social. Baseada em “[...] princípios universais capazes de regerem a diversidade presente no espaço público [...]” (COGO, 2010, p. 90), não se trata unicamente de assegurar direitos que levem à igualdade, mas apreender a diferença enquanto um componente constituinte da sociedade democrática da qual fazemos parte. No caso de Ana, a esfera sociocultural que experiência é de preconceitos, de marginalização, de precarização de sua condição já precária ao intentar se fixar no país.

Para além das dificuldades linguísticas e culturais, Ana expõe a realidade da vivência dessa homofobia estrutural:

Tinha um casal de rapazes que eram nossos amigos e a gente acabou com o tempo frequentando muito a casa deles. Um dia, depois de muito tempo, eles chegaram a comentar com a gente que os casais de meninas, porque eles tinham outros casais de meninas amigas, perguntavam e comentavam: “A Ana e a Teresa vão estar? Vão ser convidadas?”. Elas não queriam interagir com a gente, as outras lésbicas, porque a gente era muito aberta, muito assumida. A gente não se beijava na rua, nada disso, mas quem queria saber, sabia. E a gente descobriu que isso era o problema. Depois a gente se mudou para Vitória e isso ficou um pouco melhor. Mas a gente só foi ter comunidade, amigas lésbicas, muitas, um círculo, aqui em São Paulo. E eu acho que eu vivia perfeitamente bem sem, mas agora eu vivo melhor com.

Verificamos em seu relato o que podemos nomear de duplo viés da invisibilidade (neste caso, da orientação sexual). Por um lado, é possível empregá-la enquanto uma estratégia de sobrevivência: em uma conjuntura profundamente discriminatória, se oculta uma sexualidade não hegemônica no âmbito privado (no “armário”) visando à preservação da integridade moral e física. Por outro, essa invisibilidade estratégica converte-se, concomitantemente, em uma forma de violência em si mesma. Invisibilizar a existência de

⁹ O reconhecimento de casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade familiar, por analogia à união estável, foi declarado possível pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 5 de maio de 2011 no julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277 proposta pela Procuradoria-Geral da República (SANTOS, 2011). Desta forma, no Brasil, são reconhecidos às uniões estáveis homoafetivas todos os direitos conferidos às uniões estáveis entre uma mulher e um homem. No ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento (BANDEIRA, 2013).

um sujeito (ou invisibilizar-se) por não se adequar às normatizações de uma ordem compulsória do sexo/gênero/desejo significa a negação reiterada do direito de ser exatamente como se é (BUTLER, 2008). Enfim, invisibilizar para excluir.

Mesmo não demonstrando publicamente atos de afeto, Ana e Tereza eram consideradas, inclusive por outros casais lésbicos, como “muito abertas”, pelo fato de assumirem seu relacionamento para algumas pessoas. Reside neste ponto uma imposição de invisibilidade social, uma coerção para se estar no armário. Isso vai ao encontro das reflexões de Eve Sedgwick (2007), segundo a qual o armário representa um “segredo patogênico”, isto é, “[...] viver no armário, e então sair dele, nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes, as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto.” (SEDGWICK, 2007, p. 39). Segredo e revelação, privado e público, domínios que se interpõem no estar ou não estar no armário.

Para a referida autora, o armário é a estrutura definidora da opressão homossexual e nunca deixa de operar em suas relações interpessoais (SEDGWICK, 2007). Isso porque o sujeito homossexual fica condicionado a um jogo constante entre afirmar sua sexualidade ou negá-la, ou seja, cruzar ou não cruzar as linhas de representação politicamente engendradas em um controle heterossexista dos desejos. É por este motivo que estar próximo a quem é “muito aberto” corresponderia a correr o risco de “poluição” de uma imagem pública “ideal”, derivada de um pressuposto heterossexual de ordem ontológica (SEDGWICK, 2007). Esse “ocultar-se” reproduz, por conseguinte, um princípio heteronormativo de gestão de subjetividades, corpos e desejos. Em tal concepção, não há espaço público para se expressar um desejo homossexual. Sendo assim, as questões dos outros casais de lésbicas sobre a presença de Ana e Tereza em seu círculo convivial revelam, em não ditos estruturantes (ORLANDI, 2009), o poder da heteronormatividade¹⁰ e de sua (re)produção em discursos e práticas, até mesmo por sujeitos que são constantemente oprimidos por seus marcos regulatórios.

Esse quadro modifica-se quando Ana e Tereza migram novamente, dessa vez, à capital do estado do Espírito Santo e, posteriormente, à capital paulista. Como afirma Vieira (2011, p. 50, grifo do autor) “Um dos elementos centrais da construção das subjectividades lésbicas e *gays* está relacionado com a atractividade dos espaços urbanos centrais, em

¹⁰ O termo “heteronormatividade” foi cunhado por Michael Warner em 1991. Ele se refere a um padrão regulatório da sexualidade que prescreve a relação entre pessoas de sexo diferentes (uma mulher e um homem) como a norma e como o normal. Assim, por meio de um conjunto de saberes e poderes, a heteronormatividade naturaliza-se na cultura como um de seus pilares (PETRY; MEYER, 2011).

especial as metrópoles [...]”, exatamente o que apreendemos na fala de Ana. De fato, ela e a esposa desenvolveram sociabilidades homossexuais somente ao se instalarem em São Paulo. A cidade, por sua vez, passa a representar um ambiente com maior liberdade de expressão para as diferenças, uma menor vigilância social e um relativo anonimato (ANDRADE, 2015). Ademais, em suas territorialidades (ou circuitos) marcadamente mais receptivas a sujeitos LGBT, também, se viabiliza certo sentimento de comunidade e pertencimento.

Claro que a violência e as precariedades que os sujeitos LGBT estão passíveis de sofrer não deixam de existir na cidade de São Paulo, mas, pelo menos nas vivências de Ana (e, por extensão, de Tereza), a vinda à metrópole transmuta-se não só em uma verdadeira possibilidade de assunção de uma identidade sexual não hegemônica, bem como no estabelecimento de vínculos sociais que lhes oferecem um suporte existencial. Essa complexa relação fica evidente em seu relato sobre um caso de discriminação:

Foi aqui em São Paulo que eu sofri pela primeira vez um grande e pesado preconceito por ser lésbica. Eu vim trabalhar numa escola aqui, e a escola ajudou eu arrumar a primeira moradia. Tinha uma professora mais ou menos recém-divorciada, e a dona da escola perguntou se ela tinha interesse de dividir o apartamento com essa professora americana que a escola ia trazer. E ela aceitou. E eu não falei pra ela, porque eu não sabia exatamente como. [...] Quando eu cheguei mesmo pra morar eu fui abrindo isso, e ela ficou super mal. Só que ela não falou nada e ela não fez nada. [...] E um dia a gente brigou e nessa ela falou pra mim: “Eu não me sinto confortável na minha própria casa. Você deveria ter falado isso pra mim antes de aceitar morar aqui, pra me deixar tomar a decisão.” [...] Voltando do feriado, ela chega pra mim na escola e diz: “Eu acho que não vai dar certo, então eu vou ficar na casa da minha mãe até você arranjar um lugar pra morar.” [...] Eu não tinha pra onde ir.

Novamente o tensionamento entre ocultar ou revelar uma identidade homossexual emerge como origem de precariedades. “Não se sentir confortável” e “não achar que vai dar certo” congregam, claramente, um preconceito de caráter homofóbico direcionado a Ana, por parte da professora com a qual residiu. E essa violência simbólica torna-se física ao expulsá-la de sua casa, decisão incontestavelmente pautada na homossexualidade de Ana. Como podemos verificar, estar em uma metrópole como São Paulo não é garantia de um status de equidade no que se refere às identidades de gênero e às orientações sexuais; suas assimetrias, relações de poder e formas de discriminação são apenas reconfiguradas.

Maria é uma jovem de 28 anos de idade. Filha de mãe finlandesa e pai brasileiro, nasceu em uma pequena cidade da Finlândia. Durante sua infância, chegou a morar em São Paulo por quatro anos. Depois desse período, retornou à Europa. Em 2012, Maria decide vir ao Brasil para dar continuidade à sua formação universitária, e se instala novamente na

cidade São Paulo. Hoje em dia, mora na grande São Paulo e trabalha como professora na capital paulista.

Durante nossa entrevista, foi interessante ter acesso a um panorama comparativo entre dois contextos socioculturais bastante distintos: o Brasil e a Finlândia. Apresentamos a seguir uma seleção das falas de Maria sobre essa questão.

Na Finlândia, não havia muito essa questão de as pessoas ficarem analisando seus fenótipos. Olha, parece isso, parece aquilo, aquilo outro. [...] Então, era tranquilo. No Brasil, por sua vez, eu me lembro que meus fenótipos eram muito observados, eram muito questionados, né? Então até ter um êxito na transição, eu tive um, digamos, uma certa exclusão social por conta que meus traços não eram nem de um aspecto nem de outro. Outro ponto que eu notei diferença, não que eu tenha passado por isso, mas vi muitas pessoas passando, é a questão da agressão física e verbal. Verbal, sim, eu já passei bastante. Na Finlândia, isso é altamente reprovado. Por mais que a pessoa não concorde e tudo o mais, aquilo fica guardado pra ela. É uma questão cultural de respeito ao outro, ao corpo do outro. [...] Aqui no Brasil a gente tem uma cultura de cuidar do outro, e esse cuidado pressupõe bater no outro caso não corresponda às expectativas da cartilha brasileira, né?

Observamos em sua exposição dois polos semânticos antagônicos. A Finlândia simboliza o reconhecimento do Outro em um prisma de respeito às diferenças que lhe são intrínsecas. Já o Brasil, por oposição, é representado enquanto um locus de vulnerabilidade, onde a identidade de gênero de Maria não é plenamente respeitada, gerando uma série de preconceitos e violências que se arraigam ao seu cotidiano. Maria reconhece, inclusive, a existência de uma realidade brutal de violências físicas que acomete a população trans em todo o Brasil.

Sendo assim, está em jogo, nesse discurso, uma problemática em torno do próprio conceito de civilidade, dos contratos sociais que garantem (ou não) um respeito mútuo entre os sujeitos, minimamente necessário a um convívio pacífico em sociedade. Isso nos leva diretamente a considerar uma perspectiva multidimensional de cidadania, englobando aspectos civis, políticos, econômicos, culturais e até mesmo globais (COGO, 2010). Sem querer afirmar a inexistência de problemas dessa ordem na Finlândia ou em qualquer outro país do mundo (haja vista que reconhecemos a problemática em questão enquanto internamente estrutural), destaca-se uma conformação empírico-conceitual de cidadania, como práticas com inúmeras fraturas em se tratando das experiências de vida de sujeitos transgêneros no Brasil.

Particularmente sobre a cidade de São Paulo, Maria revela:

Em relação ao preconceito, São Paulo é uma cidade que tem a pecha de cosmopolita, mas eu acho ela bem discriminacionista, sim. Você tem um número muito acentuado de assassinatos por transfobia, sim. Mas, por outro lado, também é um foco onde tem muitas pessoas trans resistindo. Então a gente tem dois pontos assim muito curiosos. A gente tem a opressão e a resistência, que cria novas configurações. Então eu acho que tem um espaço um pouco heterogêneo, mas ainda a opressão é muito forte.

Estamos diante da mesma contradição analisada no caso de Ana: uma metrópole (a maior de todo o hemisfério sul) que viabiliza uma possibilidade de existência a sujeitos LGBT vs. uma metrópole onde persistem opressões contra esses mesmos sujeitos. E se a opressão “ainda é muito forte”, subentende-se que a preservação de uma legibilidade plena para com sujeitos LGBT e sua integração ao espaço público não se encontram asseguradas. Maria pontua, inclusive, uma das consequências mais nefastas da transfobia impregnada em nossa sociedade – os assassinatos massivos de pessoas transgêneras– e reconhece que “não têm leis nessa situação que proíbam, que limitem a ação dessas práticas fóbicas”, recordando a omissão do Estado brasileiro a respeito da LGBTfobia, como ponderamos anteriormente.

Por fim, trazemos uma passagem em que Maria versa sobre as (in)visibilidades midiáticas:

Atualmente a gente pode pensar há uma grande visibilidade para a questão trans em grandes jornais de esquerda que são mais independentes. [...] Você consegue ver que há um espaço maior. Eu acho que nas mídias alternativas a gente tem muito espaço. Nas mídias tradicionais você não tem espaço algum. Eles querem fazer uma matéria com você e eles vão te representar da pior forma possível. [...] A grande mídia, ela te dá uma ilusão de espaço que não é espaço. [...] Então os espaços que a gente vai encontrar são as terceiras vias: jornais independentes, publicações e mídias independentes, TV universitárias, e nem sempre com êxito. Eu e muitas outras trans temos usado páginas no Facebook, algumas estão indo para canais do Youtube, muitas outras pra blogs, mesas redondas em universidades, que é uma questão mais prática...

Cabe reportar a manutenção de padrões discriminatórios concernentes às visibilidades de pessoas transgêneras nas mídias (como assinalado em “eles vão te representar da pior forma possível”). Além disso, está claro que, enquanto as mídias tradicionais inclinam-se a enquadramentos delimitantes, prejudicando uma visibilidade midiática favorável às pessoas transgêneras, as mídias mais alternativas, sobretudo aquelas relacionadas ao ambiente digital, demonstram a abertura de espaços mais receptivos às diferenças – o que não significa a ausência de embates e preconceitos nesse âmbito. Ao mesmo tempo, patenteia-se a premência de seus usos e suas apropriações em uma vertente

de política de visibilidade pública da diferença, essencial às transformações socioculturais (THEODORO, 2016).

4 Considerações finais

Com base nas reflexões teóricas propostas e na análise dos relatos de Ana e Maria, evidencia-se que as dinâmicas de (in)visibilidade apresentam um papel fundamental tanto no projeto migratório quanto nas micropolíticas cotidianas. Ao mesmo tempo, inscrevem-se no cerne do exercício da cidadania, visto que continuam a exercer uma dupla influência nas experiências de vida de sujeitos LGBT, incluindo imigrantes. Visibilizar-se ou invisibilizar-se, ser visibilizado/a ou ser invisibilizado/a, são processos socioculturais que refletem em sua própria existência e na capacidade de agência enquanto atores sociais.

Apesar de suas diferenças, as experiências de vida de Ana e Maria apontam igualmente a múltiplas fraturas no modo de experienciar a cidadania em nosso país. Se a cidadania aponta ao fato de “[...] se saber e de se sentir cidadão de uma comunidade [...]” (CORTINA, 2005, p. 27), pode-se facilmente constatar como ela é debilitada em um espaço público que se revela profusamente adverso aos sujeitos dissentes em relação às normas hegemônicas de gênero e/ou de sexualidade. Mesmo ambas sendo brancas, de classe média e com elevado nível de educação formal, verificamos a manutenção de formas estruturais de precariedade que se entremeiam em suas vivências na/da realidade sociocultural brasileira.

Muitas questões ainda permanecem em aberto e nos convidam a um aprofundamento empírico da pesquisa. Destaca-se, por exemplo, que a problemática das visibilidades midiáticas surge de maneira tímida nas falas das imigrantes entrevistadas, em detrimento de uma visibilidade mais ampla: uma visibilidade da própria existência, de uma forma de ser dissente dos padrões hegemônicos que governam nossas identidades de gênero e sexualidades. Considerar os espaços sociocomunicacionais nos quais ela se fomenta, talvez, seja a chave para melhor compreender de que forma as variadas dimensões dessas (in)visibilidades (inclusive as midiáticas) podem impactar os projetos migratórios de imigrantes LGBT.

Financiamento

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Referências

ANDRADE, Vítor Lopes. Refugiados e refugiadas por orientação sexual no Brasil: dimensões jurídicas e sociais. In: SEMINÁRIO “MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS”, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICAMP, 2016.

ANDRADE, Vítor Lopes. Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. **Travessia**: Revista do Migrante, São Paulo, n. 77, p. 29-48, dez. 2015.

BUTLER, Judith. **Défaire le genre**. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2011.

BANDEIRA, Regina. Resolução que disciplina a atuação dos cartórios no casamento gay entra em vigor nesta quinta-feira. Agência **CNJ de Notícias**, Brasília, 15 maio 2013.

COGO, Denise. A comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 81-103, jan./jun. 2010.

COGO, Denise. Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil como país de Imigração. **Novos Olhares**: Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 91-104, 2015.

COGO, Denise. Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiaticização dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 4, n. 1/2, p. 11-32, jan./dez. 2001.

COGO, Denise. Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes. **Revista Fronteiras**: Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 64-73, jan./abr. 2007.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

DUARTE Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

SANTOS, Débora. Supremo reconhece união estável de homossexuais. **G1**, Brasília, 5 maio 2011.

- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de LGBT no Brasil**: relatório 2016. Salvador, 2016.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World migration report 2015**. [2015].
- MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.
- MOUNTIAN, Ilana; ROSA, Miriam Debieux. O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 152-158, 2015.
- NAÇÕES UNIDAS. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. 1951.
- NAÇÕES UNIDAS. **Mundo tem 232 milhões de migrantes internacionais, calcula ONU**. 2013.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, jan./jul. 2011.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.
- PRECIADO, Paul. **Testo junkie**: sexe, drogue et biopolitique. Paris: Grasset & Fasquelle, 2008.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.
- SILVERSTONE, Roger. **La moral de los medios de comunicación**: sobre el nacimiento de la polis de los medios. Buenos Aires: Amorrortu, 2010.
- THEODORO, Hadriel G. S. **Transgeneridade, mídia e consumo**: um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho. 2016. 156 p. Dissertação - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016.
- VIEIRA, Paulo Jorge. Mobilidades, migrações e orientações sexuais: percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias. **Ex aequo**, Lisboa, n. 24, p. 45-59, 2011.

Migration flows, communication and citizenship: LGBT immigrants living in the city of São Paulo

Abstract

The article considers the life experiences of lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual and transgender immigrants who live in Brazil, more specifically, in the city of São Paulo. The focus is on communicational dynamics and their relation to the exercise of citizenship by these immigrants. For this, we take as empirical object their own experiences, accessed through autobiographical narratives. We present and analyze here the reports of a North American lesbian woman and a Finnish transgender woman. As far as methodology, the article is based on semi-structured interviews and on French discourse analysis (ADF). The main points of discussion are discrimination, precariousness and violence against lesbian, gay, bisexual, transvestite, transgender and transgender people in our country, the (in)visibilities present in the migration process and the citizenship issues.

Keywords

LGBT immigrants. Migration flows. Communication. Citizenship.

Recebido: 02/11/2017

Aceito: 26/02/2018